

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS**  
**LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS**

**EMERSON DA CRUZ HIRATA**

**AS *SMALL CLAUSES* COMPLEMENTOS ADJETIVAIS DO  
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**CURITIBA**

**2013**

**EMERSON DA CRUZ HIRATA**

**AS SMALL CLAUSES COMPLEMENTOS ADJETIVAIS DO  
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Letras Português e Inglês da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Andréia de Fátima Rutiquewiski Gomes

**CURITIBA**

**2013**



Ministério da Educação  
**Universidade Tecnológica Federal do Paraná**  
Campus Curitiba  
Diretoria de ensino  
Departamento Acadêmico de Comunicação e Expressão  
Departamento Acadêmico de Línguas Estrangeiras Modernas  
Curso de Licenciatura em Letras Português e Inglês



---

## TERMO DE APROVAÇÃO

AS SMALL CLAUSES COMPLEMENTOS ADJETIVAIIS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

por

EMERSON DA CRUZ HIRATA

Este trabalho de conclusão de curso foi apresentado em 24 de setembro de 2013 às 13h como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Letras Português-Inglês. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

---

Andréia de Fátima Rutiquewiski Gomes  
Prof<sup>a</sup> Orientadora

---

Rossana Aparecida Finau  
Membro titular

---

Roberlei Bertucci  
Membro titular

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso -

Dedico este trabalho a meus pais  
Pedro Hirata e Rosinha Martins da Cruz.

## AGRADECIMENTOS

Um pequeno trecho da música “Transição”, de Fernando Anitelli, da banda “O Teatro Mágico”, parece sintetizar o meu mais forte sentimento na atualidade: “Milagres acontecem quando a gente vai à luta”. O que era considerado quase “impossível”, hoje, tornou-se realidade porque fui à luta. Reconheço que nada disso seria possível sem o apoio de pessoas importantes:

Agradeço aos meus pais Pedro Hirata e Rosinha Martins da Cruz, por tudo o que fizeram por mim, pela minha educação, por serem exemplos e estarem sempre presentes. Serei grato a vocês por toda a minha vida.

Agradeço aos irmãos Clelton da Cruz Hirata e Cleverson da Cruz Hirata, que mesmo morando tão distantes sempre me apoiaram nos meus percursos aqui no Brasil. E ao meu sobrinho Luiz Henrique Hirata, que considero como um irmão.

O meu agradecimento, também, a todos os professores que contribuíram de forma relevante para a concretização deste trabalho, em especial:

À minha orientadora Andreia de Fátima Rutiquewiski Gomes, por todos os ensinamentos e encaminhamentos teóricos necessários para eu iniciar e continuar meus estudos nesta fascinante e complexa área da linguística que é a sintaxe gerativa. Também, pelas relevantes discussões e orientações para a realização deste trabalho. Um exemplo de profissional a ser seguido.

À professora Rossana Aparecida Finau por me apresentar à linguística e enriquecer minha formação tanto em sala de aula quanto nas orientações nos estágios obrigatórios e na monitoria de linguística geral.

À professora Luciana Pereira da Silva por me ajudar a melhorar as minhas habilidades com a escrita e, principalmente, pelos incentivos para seguir a carreira docente.

À professora Regina Urias Cabreira pelas energias positivas que transmite a seus alunos dentro e fora da sala de aula e, principalmente, por ter proporcionado um enriquecimento de nossa essência como ser humano.

“Quando falamos uma língua sabemos muito mais do que aquilo que aprendemos.”

(Noam Chomsky)

## RESUMO

*Small clauses* complementos de verbos judicativos são estruturas que, em sentenças plenas, ocupam a posição sintática de argumentos internos de verbos matrizes do tipo *considerar*, *achar*, *julgar*, etc. Elas podem ser do tipo nominais, preposicionais e adjetivais. Nesta pesquisa, delimita-se a análise das *small clauses* cujos núcleos dos predicados sejam sintagmas adjetivais (APs). Em específico, o escopo é apontar para leituras ambíguas em relação a esses predicados, ao contrário das literaturas que afirmam terem apenas uma interpretação. Em relação ao *corpus* de análise, ele não é feito a partir da coleta em um banco de dados e, sim, formado por sentenças intuitivas como falante nativo do português brasileiro. A metodologia utilizada é de cunho bibliográfico, exploratório e qualitativo. Os pressupostos teóricos são constituídos dos estudos de Borges Neto (1991), Borges Neto (2003), Gomes (2006), Kratzer (1995), Miotto e Foltran (2007), Rothstein (1995) e Stowell (1983). Como resultados, observa-se que a partir da composicionalidade da estrutura como um todo, ou seja, do predicado encaixado, da sentença plena, do contexto opaco (atribuído pelos verbos de atitudes proposicionais como, por exemplo, o predicado *considerar*), os APs das SCs complementos podem apresentar natureza *individual-level* e/ou *stage-level*.

**Palavras-chave:** Composicionalidade. *Small clauses* complementos adjetivais. Verbos de atitudes proposicionais. *Stage-level*. *Individual-level*.

## ABSTRACT

Small clauses complement of judicative verbs are structures that, in full sentences, occupy the syntactic position of internal arguments of verbs as *to consider*, *to judge*, etc. They can be nominal, prepositional and adjectival. This research defines the analysis of small clauses whose predicates' cores are adjectival phrases (APs). In particular, the scope is to point ambiguous readings towards these predicates, unlike the literature that claim to have only one interpretation. Regarding the analysis corpus, it is not made by the collection in a database, thus he is formed by intuitive judgments as native speakers of Brazilian Portuguese. The methodology is bibliographic and exploratory. The theoretical studies consist of Borges Neto (1991), Borges Neto (2003), Gomes (2006), Kratzer (1995), Rothstein (1995) and Stowell (1983). As a result it is observed that by the compositional structure as a whole, that is, the predicate embedded, the full sentence, the opaque context (assigned by the verbs of propositional attitudes as, for example, the predicate *to consider*) the small clauses complement's APs can present individual-level and / or stage-level interpretation.

**Keywords:** Compositionality. Adjectival small clauses. Propositional attitudes verbs. Stage-level. Individual-level.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	11
<b>1 APRESENTAÇÃO DA SMALL CLAUSE COMPLEMENTO</b> .....	11
1.1 CARACTERIZAÇÃO: VERBO DE MARCAÇÃO EXCEPCIONAL DE CASO E SMALL CLAUSE COMO UM ÚNICO CONSTITUINTE.....	12
1.2 TESTES DE CARACTERIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS SC.....	14
1.3 PREDICADOS <i>STAGE LEVEL</i> E <i>INDIVIDUAL LEVEL</i> .....	18
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	22
<b>2 INVESTIGAÇÕES SOBRE O PREDICADO DAS SCS COMPLEMENTOS</b> .....	22
2.1 VERBOS DE ATITUDES PROPOSICIONAIS E O CONTEXTO OPACO.....	24
2.2 O PREDICADO ADJETIVAL.....	27
2.3 ADJETIVOS CATEGOREMATICOS E SINCATEGOREMATICOS.....	28
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	32
<b>3 ANÁLISE: A INTERPRETAÇÃO POR MEIO DA COMPOSICIONALIDADE</b> .....	32
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	37
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	38

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas houve muito interesse por assuntos na área da linguística no Brasil. Pode-se afirmar que, em grande parte, isso se deve a sua integração no curso de Letras, fato que proporcionou, por exemplo, avanços na difusão de novas concepções de língua. Porém, apesar de intensos estudos terem sido realizados, há muitas pesquisas linguísticas que precisam de profundidade em relação ao português brasileiro. Nesta perspectiva, encontra-se na interface sintaxe-semântica, ao pesquisar autores que abordam as *small clauses*<sup>1</sup>, um campo enorme para ser explorado nessa área.

Na literatura, o tema *small clause* é controverso e confuso. Apesar de serem muitas vezes traduzidas como mini-orações, elas possuem complexidades e características semelhantes às sentenças plenas. Além disso, há diferentes visões a respeito dessas estruturas. Em relação aos estudos voltados ao português brasileiro, pode-se afirmar que o número de pesquisas é bem restrito, limitado. Em específico, os trabalhos em torno das teorias de *stage-level* e *individual-level*, relacionado às *small clauses* complementos, são considerados muito poucos.

Dentro desse panorama, esta pesquisa se desenvolve em torno da natureza dos predicados adjetivais das *small clauses* complementos de verbos judicativos. Assim, o foco do trabalho é sobre estruturas que estão sintaticamente posicionadas como argumentos internos de verbos matrizes do tipo *considerar, achar, julgar etc.*, em sentenças plenas (sujeito, verbo e complemento). Tem-se como objetivo, analisar se os predicados adjetivais das SCs complemento atribuem somente características inerentes (*individual-level*) aos seus sujeitos, como prevê a literatura, ou possibilitam também interpretação de estágio (*stage-level*).

Como pressupostos, buscar-se-á reunir algumas contribuições teóricas, a respeito dessas complexas estruturas<sup>2</sup>, com o propósito de apresentar ou delimitar a concepção de *small clause* complemento seguida neste trabalho, assim como, realizar a análise de algumas sentenças intuitivas da fala nativa do português brasileiro. Portanto, são importantes, principalmente, os trabalhos de: Borges Neto (1991), que estudou a relação mantida entre os substantivos e adjetivos; Borges Neto (2003), com a concepção a respeito dos verbos de

---

<sup>1</sup> Nesta pesquisa, usou-se o termo em inglês (*small clause*) por entender-se que já é uma nomenclatura consagrada. As categorias utilizadas pela gramática gerativa também aparecem aqui com os rótulos representando as expressões de língua inglesa, como NP (nominal phrase), VP (verbal phrase) e assim por diante.

<sup>2</sup> Pressupõe-se do leitor o conhecimento básico do programa gerativista, já que não é possível detalhá-lo durante este trabalho.

atitudes proposicionais e os contextos opacos; Gomes (2006), que tece importantes considerações a respeito da estrutura das *small clauses* complementos no português brasileiro; Kratzer (1995), a qual investiga a natureza *individual-level* e *stage-level* de predicados adjetivais; Miotto e Foltran (2007); e Rothstein (1995) e Stowell (1995), os quais defendem a estrutura da *small clause* complemento como um único constituinte.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, é apresentada e explicada a estrutura das *small clauses* complementos e, também, é retomada algumas considerações a respeito da natureza do predicado adjetival e das teorias *stage-level* e *individual-level*. Dessa forma, o objetivo deste capítulo é sintetizar o tratamento dado às *small clauses* complementos e delimitar o objeto de estudo deste trabalho.

O objetivo principal do segundo capítulo é mostrar a existência da problemática de que, ao contrário do que afirma a literatura, o predicado adjetival da *small clause* complemento parece aceitar além da natureza *individual-level* uma interpretação também *stage-level*.

Por fim, no terceiro capítulo é feita a análise dos predicados das *small clauses* complementos a partir das ideias de composicionalidade, contexto opaco e dos estudos sobre os adjetivos de Borges Neto (1991).

## CAPÍTULO 1

### 1 APRESENTAÇÃO DA SMALL CLAUSE COMPLEMENTO

O agrupamento hierárquico de constituintes formado por sujeito e predicado, independente da ordem parametrizada de uma língua, é conhecido como sentença plena. Em determinados casos, integrada em tal sentença, pode coexistir outra estrutura chamada de *small clause*, doravante *SC*. As pesquisas em torno destas complexas construções constituem-se a área a qual pertence o objeto de estudo deste trabalho, que será delimitado nas próximas linhas.

Mioto, Silva e Lopes (2005) definem como *SC* toda a estrutura que estabeleça uma relação entre sujeito e predicado, porém, com o núcleo do predicado diferente de uma flexão verbal. Por exemplo:

(1) [<sub>SP</sub> João considera (<sub>SC</sub> a Maria bonita)]<sup>3</sup>

Nesta sentença, o núcleo verbal (*considerar*) estabelece algumas exigências temáticas para serem saturadas. Elas são satisfeitas pelos argumentos externos e internos. Como primeira leitura, tem-se que toda a extensão entre colchetes é considerada uma sentença plena com um predicado (*considerar*) de dois argumentos: um externo, o sujeito *Ele*; e um interno, a *SC*, *a Maria bonita*. Nessa interpretação, o complemento de *considerar* é toda a *SC*: *bonita* é a consideração de *João* a respeito da *Maria*. Por outro lado, há autores que assumem que o verbo em (1) seleciona um argumento externo e dois internos. Entende-se melhor esta ideia se for acrescentado mais um segmento na sentença como, por exemplo, o *PP* [de boa fé], que passará a ser a consideração de *João* a respeito da *Maria*. A estrutura sintática ficaria da seguinte forma:

(2) [<sub>SP</sub> Ele considera (<sub>DP</sub> a Maria bonita) (<sub>PP</sub> de boa fé)].

---

<sup>3</sup> Nesse caso, *SP* é a abreviação de *sentença plena*.

Há muitas discussões em torno de diferentes construções sintáticas que são consideradas *SCs* pela literatura. Dessa forma, este trabalho discute fenômenos específicos das chamadas *SCs* complementos de verbos judicativos como, por exemplo, *considerar*, *achar*, *julgar*, etc.

A partir do núcleo das *SCs* complementos, pode-se classificá-las em três tipos: as nominais cujo núcleo é um nome, por exemplo, *Maria considera [sc o João um burro]*; as preposicionais cujo núcleo é uma preposição, por exemplo, *Alberto achou [o Leonardo de boa fé]*; e as adjetivas cujo núcleo é um adjetivo, por exemplo, *Ele considera [sc a Maria bonita]*. As *SCs* complementos que se pretende analisar neste trabalho são as do tipo adjetivais, em que os adjetivos assumem a função de predicado na estrutura.

### 1.1 CARACTERIZAÇÃO: VERBO DE MARCAÇÃO EXCEPCIONAL DE CASO E SMALL CLAUSES COMO UM ÚNICO CONSTITUINTE

Conforme salientado no tópico anterior, as estruturas analisadas neste trabalho são complementos de verbos judicativos, os quais atribuem opiniões e julgamentos de um sujeito a determinados fatos, pessoas, eventos, etc. Esses verbos (*considerar*, *julgar*, *achar*, etc.) apresentam a característica de serem Marcadores Excepcionais de Caso (doravante, ECM – do inglês - *Exceptional Case Marker*). Segundo Miotto, Silva e Lopes (2005), a ECM difere da marcação Canônica quando um predicado atribui Caso para um argumento de outro núcleo.

(3) A professora [*considera*] o aluno [*responsável*].

No exemplo em (3), há dois predicados: o verbo *considerar* e o AP *responsável*. Gomes (2006), ao analisar este tipo de estrutura, afirma que o verbo matriz (*considerar*) seleciona toda a *SC* complemento (*o aluno responsável*), ao qual atribui papel temático interno. O fato de o verbo *considerar* selecionar todo o segmento *o aluno responsável* possibilita que o DP *o aluno* receba papel temático apenas do predicado AP *responsável*. Ainda, segundo a pesquisadora, como o DP *o aluno* é regido pelo verbo matriz ele recebe Caso Acusativo, via ECM, já que *aluno* é o sujeito da *SC*. Em síntese, o predicado verbal (*considerar*) atribui Caso para um argumento (*o aluno*) de outro predicado (*responsável*).

Mais adiante, retomar-se-á este assunto com mais detalhes ao tratar da teoria de Rothstein (1995).

Depois de explicada, brevemente, a noção do que é um verbo de ECM, apresenta-se nas próximas linhas a concepção de *SC* adotada nesta pesquisa, a visão de Stowell (1983) e Rothstein (1995).

Para Stowell (1983), nas *SCs*, a relação entre NP e XP ocorre da mesma forma como nas sentenças plenas, ou seja, o predicado XP, independente da categoria (AP, NP, PP, etc.), terá sempre um sujeito na posição de *Spec*.

(4) Eu considero [a situação complicada].

A *SC* complemento entre colchetes em (4), segundo a ideia de Stowell, é uma projeção em que o AP *complicada* é o predicado e o DP *a situação* é o seu sujeito. Para o pesquisador, essa relação entre DP e XP forma um único constituinte. E, também, a categoria lexical, atuante como predicado, sempre será diferente de um verbo. Em síntese, para Stowell (1983), as *SCs* são projeções máximas das categorias de seus predicados, os quais selecionam interna e tematicamente os seus sujeitos. Ou seja, esse tipo de estrutura sempre terá um argumento externo para saturar o seu predicado lexical.

Nesta perspectiva, para Rothstein (2001), as *SCs* complementos também são formadas por um único constituinte oracional. A teoria da pesquisadora constitui-se da distinção entre os predicados primários e os predicados secundários. Segundo a autora, na predicação primária o sujeito é *theta* marcado somente pelo XP o qual está formando constituinte. A linguista apresenta a seguinte definição de predicação primária:

$\alpha$  é um predicado primário de  $\beta$  se  $\alpha$  predica de  $\beta$ , e  $\alpha$  e  $\beta$  se c-comandam e  $\beta$  é 0-marcado na relação de predicação com  $\alpha$ .

Para ilustrar melhor essa tese, apresenta-se o seguinte exemplo:

(5) [*SP* Ele considera (*SC* a Maria bonita)].

Rothstein (1995) considera as *SCs* complementos exemplos de predicação primária, em que sujeito e predicado posicionam-se em c-comando mútuo e formam um único constituinte oracional. Dessa forma, em (5), o DP *a Maria* (sujeito) forma um único

constituente com o AP *bonita* (predicado), porque juntos mantêm uma relação de predicação. Como o verbo matriz da sentença plena (*considerar*) atribui papel temático para todo o seu complemento *a Maria bonita*, não há violação do critério proposto por Chomsky (1981)<sup>4</sup>, em que um argumento não deve receber mais do que um papel *theta*. Portanto, o DP *a Maria* recebe papel temático apenas do predicado *bonita*. Em relação ao Caso, ele não é resolvido dentro da SC complemento, por isso, o predicado da sentença plena (*considerar*) atribui Caso Acusativo, via ECM, ao sujeito da SC complemento (*a Maria*). Dessa forma, para a pesquisadora, as SCs complementos são casos de predicação primária, porque neste tipo de estrutura os sujeitos são licenciados dentro da relação mantida com o XP.

Rothstein (1995) discorda da ideia de Stowell de que estruturas como “*João tomou o sorvete derretido*” seja considerado uma SC. Neste exemplo, trata-se de uma predicação secundária que, ao contrário da predicação primária, o sujeito não forma um único constituinte com o seu predicado. Isso, porque o DP *o sorvete*, apesar de estar em c-comando mútuo com o adjetivo *derretido*, ele é licenciado como argumento interno do verbo matriz *tomar*, sendo o AP, opcionalmente, um adjunto e não um predicado que o selecione como sujeito.

Rothstein (2001) define a predicação secundária da seguinte forma:

$\alpha$  é um predicado secundário de  $\beta$  sse  $\alpha$  é predicado de  $\beta$ , e  $\alpha$  e  $\beta$  estão em c-comando mútuo e  $\beta$  é 0-marcado por um núcleo diferente de  $\alpha$ .

Rothstein (1995) apresenta alguns testes de identificação das SCs complementos. Esse assunto será explanado na próxima seção, por enquanto, o que interessa saber é que as SC complementos, adotadas neste trabalho, são casos de predicação primária, em específico, oriundas de verbos de ECM do tipo *considerar*.

## 1.2 TESTES DE CARACTERIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS SC

Como forma de evidenciar o caráter das SCs de formarem um único constituinte e se diferenciarem dos predicados secundários, Rothstein (1995) apresenta alguns testes de

---

<sup>4</sup> CHOMSKY, N. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

caracterização: inserção de advérbios, extração de sujeito, paráfrase com a cópula *ser* e acarretamento.

Rothstein (1995), citando Stowell (1995)<sup>5</sup>, argumenta que a interpretação dos advérbios deve ser levada em consideração nestas estruturas, pelo fato de eles modificarem apenas o constituinte em que ocorrem.

(6) Eu considero [o jogo de xadrez razoavelmente difícil].

Como já foi explicado anteriormente, neste tipo de exemplo há dois predicados: o verbo matriz *considerar* e o AP *difícil*. Com a inserção do advérbio *razoavelmente* percebe-se que ele somente tem alcance na *SC* complemento. Esse fato evidencia que o adjetivo, realmente, é o predicado do sujeito da *SC*, ou seja, sujeito e predicado da *SC* formam um constituinte. Para melhor ilustrar essa ideia, apresenta-se o exemplo em (7), em que um advérbio modifica o verbo matriz e outro, a *SC* complemento:

(7) Eu realmente considero [o jogo de xadrez moderadamente difícil].

O advérbio *realmente* apenas tem alcance na sentença plena, fato que é confirmado pela presença de um outro advérbio na *SC* (*moderadamente*). Há, então, a comprovação da existência da *SC* complemento [*o jogo de xadrez difícil*] como um constituinte oracional, formado por predicação primária.

Diferentemente, no caso da predicação secundária em (8), o advérbio tem alcance tanto no verbo matriz quanto no adjetivo:

(8) João tomou o sorvete moderadamente derretido.

Neste exemplo, *moderadamente* alcança tanto o verbo matriz - indicando a intensidade que João tomou o sorvete - quanto o adjetivo *derretido*. Isso comprova que o DP *sorvete* e o AP *derretido* não formam um constituinte.

A segunda evidência apresentada por Rothstein (1995) consiste do teste proposto por Kayne (1984)<sup>6</sup>, para o qual os sujeitos das *SCs* sempre comportar-se-ão como sujeitos e nunca

---

<sup>5</sup> STOWELL, T. Remarks on Clause Structure. In: CARDINALETTI, A.; GUAUSTI, M. T. **Syntax e semantics: Small Clauses**. Vol. 28. Califórnia: Academic Press, 1995.



como objetos no tipo de extração que eles permitem. Dessa forma, se o argumento externo de uma *SC* for movido para o início de uma sentença plena, esta se tornará agramatical, porque tal sujeito não pode ser extraído para outra posição como se ele estivesse assumindo uma função de objeto. Rothstein (1995) utiliza dois exemplos como ilustração:

- (9) \*Who<sub>i</sub> do you consider the sister of t<sub>i</sub> very smart?  
 (10) \*Who<sub>i</sub> did you make the sister of t<sub>i</sub> leave?

Os sujeitos das *SCs* (*who*) foram movidos para início das sentenças plenas e as tornaram agramaticais. Isso demonstra que o NP *the sister of who* se comporta mais como sujeito da *SCs* do que como objetos dos verbos matrizes *to make* e *to consider*. A partir disso, Rothstein (1995) demonstra o contraste dos predicados secundários com os seguintes exemplos:

- (11) Who<sub>i</sub> did you tell the sister of t<sub>i</sub> stories?  
 (12) Who<sub>i</sub> did you meet the sister of t<sub>i</sub> drunk?  
 (13) Who<sub>i</sub> did you elect the sister of t<sub>i</sub> president?

Estas sentenças são gramaticais, portanto, segundo Rothstein (1995), nestes predicados secundários NP e XP não forma constituinte porque NP é objeto e não sujeito. Porém, ao traduzir as sentenças (9) e (10) não se percebe a agramaticalidade verificada na língua inglesa. Dessa forma, afirma-se que esse teste não é válido para casos de sentenças plenas do português brasileiro.

- (14) De quem<sub>i</sub> você considera a irmã t<sub>i</sub> muito esperta?  
 (15) De quem<sub>i</sub> você fez a irmã t<sub>i</sub> partir?

Outra forma de diferenciar predicados primários de predicados secundários é a inserção da cópula *ser*. Segundo Rothstein (1995), os predicados primários aceitam a inserção do verbo *ser* (16), ao contrário dos predicados secundários (19 e 20).

- (16) Eu considero [*ser* o jogo de xadrez complexo]

---

<sup>6</sup> KAYNE, R. **Connectedness and binary branching**. Dordrecht: Foris, 1984.

(17) \*Eu considero [o jogo de xadrez *ser* complexo]

Gomes (2006) observa que, em sentenças do português brasileiro, a cópula deve estar posicionada logo após o verbo matriz (11). Segundo pesquisadora, a inserção da cópula entre sujeito e predicado torna a *SC* complemento agramatical (12). Em relação aos predicados secundários (13), essas estruturas não aceitam a inserção de cópula.

(18) João tomou o sorvete derretido.

(19) \*João tomou ser o sorvete derretido.

(20) \*João tomou o sorvete ser derretido.

Rothstein (1995) utiliza-se, também, da noção de acarretamento para evidenciar a formação de um único constituinte entre o NP e XP de uma *SC* complemento e, assim, diferenciá-lo de um predicado secundário.

(21) Eu considero o problema difícil.

(22) Eu considero o problema.

Percebe-se nos exemplos em (21) e (22) duas estruturas distintas. Em (21), o verbo matriz seleciona todo o complemento, ou seja, o NP *o problema* e o AP *difícil*, e não apenas o NP *o problema*. Em (22), o NP tem função de objeto direto do verbo *considerar* e esta sentença não acarreta (21). Como prova, pode-se formar a seguinte sentença:

(23) Eu considero o problema difícil, por isso eu considero o problema.

Pode-se interpretar que pelo fato de *eu considerar o problema difícil* (21) eu tenho dado atenção a ele, não o ignoro, o tenho como importante, etc (22). Em oposição, em estruturas de predicados secundários como em (24) e (25) há acarretamento e, por esse motivo, não há a formação de uma *SC* em (24). Isto, porque o NP *o sorvete* é objeto direto o verbo matriz e o adjetivo *derretido* é um adjunto.

(24) Eu tomei o sorvete derretido.

(25) Eu tomei o sorvete.

Percebe-se que os testes propostos por Rothstein (1995) apresentam problemas em relação a sua aplicação no português brasileiro. Não se pretende discutir essa problemática neste trabalho, uma vez que o foco da pesquisa é outro. Porém, julga-se importante as considerações deste tópico por ser um assunto escasso em relação ao nosso idioma e por elas poderem ser tomadas como uma motivação para futuras pesquisas.

### 1.3 PREDICADOS *STAGE-LEVEL* E *INDIVIDUAL-LEVEL*

Assume-se que a interpretação dos predicados adjetivais em estruturas de SCs complementos, oriundas de verbos matrizes do tipo *considerar*, *julgar*, *etc.*, é possível por meio do estudo da sua interface sintático-semântica. Neste tópico, Apresentar-se-á algumas considerações a respeito da distinção entre os predicados *individual-level* e *stage-level*, a partir da visão de Kratzer (1995) e Gomes (2006).

Segundo a terminologia de Carlson (1977)<sup>7</sup>, citado por Kratzer (1995), o fato de estar sentado em uma cadeira é uma ação passageira de um indivíduo, portanto, é uma propriedade *stage-level*. Por outro lado, a característica de ele ter os seus cabelos castanhos não é. Dessa forma, este último exemplo é uma propriedade *individual-level*. Segundo Kratzer (1995), propriedades *stage-level* e *individual-level* são expressas por meio de predicados. Após essa afirmação a autora ressalta que diferentes fenômenos gramaticais – sentenças *there-insertion*, *bare plurals* e *absolute constructions* – mostram-se sensíveis à distinção entre os predicados *individual-level* e os predicados *stage-level*. A seguir, apresentam-se os exemplos utilizados pela linguista para ilustrar essa ideia.

#### *There - insertion*

- (26) a. There are firemen available.  
b. \*There are firemen altruistic.

#### *Bare Plurals*

- (27) a. Firemen are available.  
b. Firemen are altruistic.

---

<sup>7</sup> CARLSON, G. N.; PELLETIER, F. J. (Eds.). **The Generic Book**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

*Absolute Construction*

- (28) a. Standing on a chair, John can touch the ceiling.  
 b. Having unusually long arms, John can touch the ceiling.

Segundo Kratzer (1995), *Altruistic* e *having unusually long arms* são predicados *individual-level*. Por outro lado, *available* e *standing on a chair* são predicados *stage-level*. O contraste em (26a) e (26b), segundo a autora, ocorre no nível sintático. E entre (27a) e (27b), o contraste se dá no nível semântico, assim como em (28a) e (28b). Para a pesquisadora, (27a) pode significar que “there are available firemen”, mas (27b) não se pode inferir que “there are altruistic ones”. E, também, (28a) pode significar “If John stands on a chair, he can touch the ceiling” (se John ficar em pé sob uma cadeira, ele pode tocar o teto), mas (28b) não pode ser interpretado como “if John has unusually long arms, he can touch the ceiling” (Se John tem braços anormalmente longos, ele pode tocar o teto).

Observa-se a seguir um exemplo, em português brasileiro, da ocorrência de um predicado tipicamente classificado, pela literatura, como *individual-level* em estruturas de SCs complemento:

- (29) João considera [sc a Maria inteligente].

O AP *inteligente* estabelece uma propriedade inerente ao sujeito da SC complemento (*a Maria*), ou seja, o adjetivo atribui uma qualidade específica e inseparável ao NP.

Em contraposição a este tipo, como já foi afirmado, há os predicados *stage-level*, isto é, os predicados de estágios, como mostra o seguinte exemplo em português brasileiro:

- (30) João estava *desmaiado* hoje na sala de aula.

Nesta sentença, o adjetivo *desmaiado* atribui uma propriedade temporária a *João*. A estrutura argumental desse predicado é modificada pela marcação de espaço e tempo que são, respectivamente, os sintagmas *hoje* e *na sala de aula*. Segundo a literatura, esse tipo de predicado não ocorre em SCs complementos:

- (31) \* Maria considera o João *desmaiado*<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> O asterisco (\*) indica agramaticalidade.

Segundo Kratzer (1995), a distinção entre *stage-level* e *individual-level* é algo operatório nas línguas naturais. Dessa forma, para a autora, não se pode classificar os predicados como itens isolados, mas sim, dentro de um contexto sintático. Isso, porque é somente na estrutura argumental que se pode distinguir uma interpretação de outra. A pesquisadora exemplifica afirmando que, geralmente, tende-se pela interpretação *individual-level* a fenômenos como, por exemplo, *ter cabelos castanhos*, isso sem levar em consideração a possibilidade de se tingir os cabelos de outra cor em dias alternados. Fato que levaria a uma interpretação *stage-level*. Assim, segundo a autora, o sentido do segmento *ter cabelos castanhos* (tipicamente interpretado como *individual-level*) muda quando se escolhe a interpretação *stage-level*.

Kratzer (1995) assume a distinção entre *stage-level* e *individual-level*, a partir das ideias de predicados Davidsonianos. Dessa forma, um predicado *stage-level* difere de um predicado *individual-level*, pelo fato de ele apresentar uma posição extra argumental para eventos ou locação espaço-temporal. Para melhor entendimento, retoma-se aqui o exemplo (29) como (32):

(32) João considera [*SC* a Maria inteligente].

Conforme já afirmado anteriormente, esta *SC* é interpretada como *individual-level*. Dessa forma, partindo das ideias de Kratzer (1995), ressalta-se que a caracterização dada pelo adjetivo *inteligente*, neste contexto sintático, não é marcada por espaço e tempo. Em outras palavras, o João sempre irá considerar a Maria *inteligente*, independente do local e do horário em que ela estiver, porque a característica atribuída ao sujeito da *SC* (Maria) sempre permanecerá constante e intrínseca.

Gomes (2006) afirma que vários critérios, propostos na literatura, têm-se mostrados inconsistentes em relação a uma explicação plausível do por que se encontram interpretações *stage-level* em predicados pré-classificados como *individual-level*, ou vice-versa. A autora, também, apresenta alguns testes de distinção entre predicados *stage-level* e *individual-level*, reunidos por Chierchia (1995). Um desses critérios distingue os predicados do tipo *stage-level*, pela atribuição de advérbios temporais e espaciais. Percebe-se que este princípio é semelhante aquele adotado por Kratzer (1995). Gomes (2006) ilustra essa distinção a partir dos seguintes exemplos:

- (33) John estava bêbado ontem/ mês passado/ ano passado.  
 (34) ???John era alto ontem/ mês passado/ ano passado.

Chierchia (1995)<sup>9</sup>, citado por Gomes (2006), assume que predicados *individual-level* não apresentam argumentos espaços-temporais. No entanto, segundo o autor, é possível uma interpretação *stage-level* em (34), se houver um contexto especial em que, por exemplo, o John sofra alguns problemas físicos capaz de fazê-lo aparentar com uma estatura inferior. Apesar dessa consideração a respeito do contexto, o pesquisador defende a ideia de que se um predicado é *individual-level* ele não pode ser modificado por um locativo.

Por outro lado, Fernald (2000)<sup>10</sup>, citado por Gomes (2006), defende que a coerção pode transformar um predicado *individual-level* em *stage-level* pela inserção de elementos não-pragmáticos como os advérbios.

- (35) a. A Maria é às vezes bonita.  
 b. O João é raramente inteligente.

Neste tópico, observou-se que a literatura trata o predicado das SCs complementos como *individual-level*. No capítulo 2 será discutido um possível problema de que há a possibilidade de uma interpretação também *stage-level* neste tipo de estrutura.

---

<sup>9</sup> CHIERCHIA, G. Individual-level predicates as inherent generics. In: CARLSON, G.N.; PELLETIER, F. J. (Eds.). **The Generic Book**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

<sup>10</sup> FERNALD, T. B. **Predicates and temporal arguments**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

## CAPÍTULO 2

### 2 INVESTIGAÇÕES SOBRE O PREDICADO DAS SCs COMPLEMENTOS

Mioto e Foltran (2007) apresentam algumas considerações a respeito dos predicados do tipo adjetival. Os autores demonstram que os exemplos de *SCs* complementos, dados em seus estudos, comportam a natureza *individual-level*. Os estudiosos apontam que em pesquisas como aquelas desenvolvidas por Rothstein (2001) e dentre outros<sup>11</sup>, também, atribuem-se aos predicados das *SCs* complementos essa mesma propriedade.

Compreende-se que é preciso investigar um pouco mais as *SCs* complementos adjetivais, pois há casos em que um predicado, muitas vezes, considerado como *individual-level* parece também possibilitar uma interpretação *stage-level*. Por exemplo:

(1) Eu acho [o Roberto *doente*].

Como se pode observar, o predicado *doente* parece possibilitar uma dupla interpretação na *SC*: uma *individual-level* (em que *doente* é uma característica inerente a Roberto) e outra *stage-level* (em que *doente* é uma propriedade transitória de Roberto). Percebe-se melhor esta ambiguidade, se for acrescentado um CP na sentença, transformando, assim, a *SC* em orações com os verbos (*ser e estar*) explícitos:

- (2) a. Eu acho que o João é *doente*.  
 b. Eu acho que o João está *doente*.

Na sentença em (a), o predicado *doente* atribui uma qualidade inerente a João (*individual-level*), enquanto que em (b) indica um caráter passageiro, um estágio o qual o sujeito está passando (*stage-level*).

Outro exemplo pode ser percebido com o AP *português* em (3):

---

<sup>11</sup> Gomes (2009) também aponta estudos como Foltran (1999 e 2001) e Gomes (2006), os quais defendem que os contextos sintáticos das *SC* complementos, oriundos de verbos judicativos, parecem induzir aos predicados interpretações *individual-level*.

(3) Maria considera [o João *português*].

O AP *português* é tipicamente interpretado como *individual-level*. Dessa forma, na SC complemento, entende-se que *o João* é nascido em Portugal e *ser português*, portanto, é algo inerente a sua pessoa. Por outro lado, observa-se também uma interpretação *stage-level* para esse predicado. Para ilustrar e melhor entender esta segunda leitura, atribuir-se-á um contexto específico. Por exemplo, *o João* é uma pessoa nascida e vivida no Brasil, porém, sua família manteve a tradição portuguesa criando-o com hábitos portugueses. Nesse caso, *Maria* considera, mesmo sendo brasileiro, *o João português*.

A segunda interpretação é possível devido ao contexto sintático da sentença plena, ou seja, o predicado da SC complemento não é interpretado isoladamente. Ainda, em outras palavras, há elementos sintáticos que concorrem para deixar mais de uma leitura para o predicado da SC. Parece que as propriedades dos verbos matrizes do tipo judicativos abrem possibilidades de interpretação dos APs Adjetivais, neste tipo de estrutura sintática.

Da mesma forma como foi feito com o exemplo em (1), encaixar-se-á no exemplo em (3), parafraseado em (4), um CP e o verbo *ser* e *estar* conjugados e explícitos.

- (4) a. Maria considera que o João é português.  
b. \*Maria considera que o João está português.

Nota-se que diferentemente do que ocorrem com o predicado da SC complemento em *eu acho [o Roberto doente]*, o predicado *português* em (4b) não permite a paráfrase com o verbo *estar*. Trocando o verbo matriz *considerar* pelo *achar* a agramaticalidade permanece.

(5) \*Eu *acho* que o Roberto está português.

Estes exemplos mostram que as SCs complementos aceitam tipos diferentes de adjetivos como seus predicados. Assim, não se pode afirmar categoricamente que seus predicados são todos *Individual-level*, como prova a sentença em (2 b). E, também, parece haver mais de um caminho para interpretá-los na estrutura.

Tudo indica que a natureza dos predicados adjetivais é também dependente do contexto sintático, em que diferentes fenômenos concorrem para a atribuição de sua carga semântica. Nestes últimos exemplos, percebe-se que há casos em que a interpretação advém



mais do próprio predicado (1) e outros onde o verbo matriz parece contribuir mais no estabelecimento da natureza dos predicados (3).

Com isso, justifica-se a necessidade de investigar um pouco mais a questão da natureza dos predicados adjetivais, porque ao contrário do que afirma a literatura, tais predicados, em *SCs* complementos de verbos judicativos, parece possibilitar interpretações *stage-level*.

A partir deste tópico, observou-se que há dois caminhos a serem levados em consideração para a análise realizada nesta pesquisa. O primeiro constitui-se de uma maior observação sobre o caráter dos verbos matrizes do tipo *considerar*. O segundo é o estudo mais aprofundado sobre os adjetivos e como eles se comportam sintática e semanticamente na função de predicados de *SCs* complementos.

## 2.1 VERBOS DE ATITUDES PROPOSICIONAIS E O CONTEXTO OPACO

Para analisar as *SCs* complementos de verbos de opinião, deve-se levar em consideração um fenômeno conhecido como contexto opaco ou intensional. Este caráter é atribuído pelos verbos de atitudes proposicionais como, por exemplo, *considerar*, *julgar*, *achar*, etc. Pode-se afirmar que em um contexto opaco, as propriedades de um nome ou expressão são denotadas a partir “do mundo” do falante. Sobre este assunto, apresenta-se nesta seção uma síntese das ideias de Borges Neto (2003).

Segundo Borges Neto (2003), a denotação que um sujeito atribuí a um indivíduo ou objeto depende da “singularidade” de suas propriedades, ou seja, suas propriedades devem delimitar um conjunto que se supunha singular, como o seguinte exemplo dado pelo autor:

- (6) a. Pelé nasceu em Três corações/MG.  
b. O atleta do século nasceu em Três corações/MG.

Tanto em (6a) quanto em (6b) o sujeito a que se refere é o mesmo: Pelé é o atleta do século ou o atleta do século é o Pelé. Borges Neto (2003) afirma que exemplos como em (6a) e (6b) não são semanticamente idênticos e observa o fato de o tempo da elocução determinar o valor de verdade de uma sentença. Por exemplo, (6a) e (6b) são sentenças semelhantes apenas se (6b) for proferido após 15 de maio de 1985, data em que Pelé foi eleito pela

primeira vez o atleta do século. Isso porque, antes desse acontecimento, essa referência dada ao jogador não existia.

O conhecimento de mundo é relevante para determinar interpretações e atitudes sobre determinadas expressões. Por exemplo, um falante apenas reconhecerá em (b) *o atleta do século*, como sendo o *Pelé*, se ele souber do fato de o ex-jogador de futebol ter recebido, em uma determinada época, essa referência. Caso contrário, sua atitude seria de desconhecimento em relação ao referente.

Para Borges Neto (2003), a semântica deve ser sensível às questões temporais de uma expressão, assim como às mudanças com relação aos mundos possíveis do sujeito de uma sentença. Isso porque, segundo autor, as imaginações das pessoas sobre situações reais ou irreais fazem com que elas recriem um mundo imaginário utilizando a fala. Para o pesquisador, um mundo possível é semelhante ao mundo real e ele exemplifica da seguinte forma:

Digamos que o mundo possível poderia ser exatamente igual ao mundo em que vivemos, exceto que eu poderia estar morando num apartamento ao invés de morar numa casa, ou que eu não usasse óculos, ou que fosse solteiro, ou que tivesse mais de dois metros de altura, e assim por diante – esses seriam mundos possíveis, distintos do mundo real, em que moro numa casa, uso óculos, sou casado e tenho apenas um metro e setenta de altura. (Borges Neto, 2003, p. 40)

Ainda segundo o autor, verbos de atitudes proposicionais remetem os sujeitos a mundos paralelos ao mundo real: o mundo de seus conhecimentos, o mundo de suas crenças, etc. Este tipo de predicado, segundo o pesquisador, relativiza as denotações das expressões com respeito ao tempo e aos mundos possíveis, em outras palavras, uma expressão pode ou não denotar o mesmo objeto em determinados tempos e mundos possíveis. Para o linguista, estas considerações implicam a introdução de um conceito conhecido como intensão, o qual ele define da seguinte maneira: “Dito de modo informal, a intensão de uma expressão é um mecanismo para estabelecer a denotação dessa expressão (sua extensão) num certo mundo e num certo tempo” (BORGES NETO, 2003, p. 41).

A ideia de intensão e extensão são explicadas com mais detalhes no tópico 2.3 deste trabalho. Por enquanto, o importante é saber que a intensão é a propriedade de um nome e que quando ela for atribuída partir “do mundo” do sujeito haverá um contexto opaco.

Observa-se o exemplo a seguir:

(7) João considera o lanche comestível.

Nesta sentença há um contexto opaco, remetido pelo verbo de atitude proposicional *considerar*. Dessa forma, no mundo de *João* a extensão *o lanche* possui propriedade *ser comestível* (intensão). Para entender melhor, imagina-se a situação em que os amigos do sujeito sejam nutricionistas e afirmem que esse mesmo lanche não esteja em condições para o consumo (não comestível), pois está com validade recentemente vencida. Porém, o João já havia comido outros lanches na mesma situação e isso nunca lhe ocasionou nenhum problema. Desse modo, no contexto opaco ou no mundo das crenças do sujeito em (7) o lanche é comestível.

(8) Os amigos de João consideram o lanche não comestível.

Em (8), o contexto sintático difere da sentença em (7). A extensão (o lanche) é a mesma, porém, a propriedade atribuída (intensão) é oposta. Isto, porque a atitude proposicional dos amigos de João não é a mesma do João, ou seja, eles consideram o lanche a partir de “crenças” diferentes.

Sobre este assunto, Gomes (2006) apresenta o seguinte exemplo:

(9) Maria considera o José o Sr. Silveira.

No mundo das crenças de Maria, o José é a mesma pessoa que o Sr. Silveira. A autora torna mais claro o contexto opaco desta sentença a partir de uma possível leitura, em que Maria recebe cartas ameaçadoras de José, porém, ele falsamente assina com o nome de Sr. Silveira.

Conforme observado até aqui, para Borges Neto (2003), as expressões responsáveis por introduzir contextos intensionais fazem com que as expressões em seu escopo deixem de denotar diretamente as extensões e passem a denotar intensões. Este conceito junto com a noção de contexto opaco são questões importantes para analisar a natureza dos predicados adjetivais das *SCs* complementos, oriundos de verbos judicativos. No próximo tópico, tratar-se-á de outros conceitos relevantes que parecem determinar possibilidades diferentes de leitura dos predicados adjetivais das *SCs* complementos, as noções de extensionalidade, intensionalidade e expressões categoremáticas e sincategoremáticas.

## 2.2 O PREDICADO ADJETIVAL

A natureza dos predicados adjetivais do português brasileiro em estruturas de SCs complementos é o foco principal deste trabalho. Dessa forma, este tópico é dedicado para apresentar algumas considerações dessa categoria lexical, a partir da perspectiva de Borges Neto (1991), que contribui para entender os aspectos sintático-semânticos do objeto aqui estudado. Nesta seção restringir-se-á quanto ao posicionamento dessa categoria lexical, em específico, o entendimento do modo de derivação via cláusula relativa dos predicados adjetivais. Dessa forma, em relação à posição dos adjetivos, discutir-se-á sobre os chamados adjetivos atributos e os adjetivos predicativos.

Borges Neto (1991) assumiu como o seu objeto de estudo, os adjetivos qualificativos na posição de atributo e predicado. E, também, a perspectiva ou definição, adotada pelo autor, é que os adjetivos qualificativos modificam a compreensão do substantivo, por meio da atribuição de uma qualidade como, por exemplo, *alto*, *bonito*, *magro*, *baixo*, *etc.* A relação que eles mantêm com o nome pode ser de atributo, quando estiverem diretamente ligados, e de predicado, quando se relacionarem por meio de um verbo de ligação.

(10) A Maria bonita.

(11) A Maria é bonita.

No exemplo (10), o adjetivo *bonita* está em posição de atributo, enquanto em (11) é um adjetivo predicativo. Em (10) e (11) percebe-se, também, um exemplo de derivação por meio de relativas, em que o adjetivo atributo *bonita* em *Maria bonita* é o resultado de uma transformação advinda de “Maria é bonita”. Em outras palavras o verbo de ligação é oculto, tornando o nome e o adjetivo um único sintagma.

Borges Neto (1991) afirma que a derivação por meio de relativas é um assunto polêmico entre estudiosos, porque existem adjetivos atributos que não possuem um uso predicativo equivalente ou vice-versa.

(12) Um suposto comunista.

(13) O físico nuclear.

(14) \* um comunista é suposto.

- (15) \* um comunista que é suposto.  
 (16) \* o físico é nuclear.  
 (17) \* o físico que é nuclear.

Nos exemplos em (12) e (13) os adjetivos *suposto* e *nuclear* mantêm relações de atributos com os nomes “comunista” e “físico”, porém os demais exemplos que supostamente seriam os seus equivalentes na forma de predicativos são agramaticais. No exemplo (13), o adjetivo *nuclear* qualifica e classifica a área profissional a qual o físico pertence. Ele é um físico nuclear e não um físico químico, por exemplo. Dessa forma, o que torna o exemplo (16) agramatical é exatamente o intuito de atribuir uma qualidade, contida no adjetivo *nuclear*, a pessoa a qual trabalha como físico e não a sua profissão. Em outras palavras, o adjetivo *nuclear* não pode atribuir a um ser humano a mesma característica inerente a outros objetos ou referentes.

Em relação à natureza dos adjetivos, por questões de organização, preferiu-se deixar este assunto para o tópico 2.3. Por enquanto, o mais importante, a saber, é o caráter de derivação dos predicados adjetivais. Isso, porque as estruturas de SCs complementos adjetivais apresentam esse comportamento:

- (18) Eu considero a Maria bonita.

A SC complemento a *Maria bonita*, apresenta o verbo *ser* oculto entre o predicado e o sujeito, ou seja, ele é derivado do predicativo a *Maria é bonita*.

### 2.3 ADJETIVOS CATEGOREMÁTICOS E SINCATEGOREMÁTICOS

Na seção anterior, foram traçados considerações a respeito do predicado que seleciona as SCs complementos. Além desse assunto, é preciso também apresentar algumas importantes noções a respeito do adjetivo e sua relação com o nome. Dessa forma, para entender a distinção entre os adjetivos categoremáticos e sincategoremáticos, primeiramente é necessário conhecer dois conceitos: a extensão e intensão. Segundo Borges Neto (1991), a extensão é a classe ou conjunto que correspondente a uma expressão e a intensão é a propriedade que lhe

corresponde. Por exemplo, o adjetivo *azul* estabelece uma extensão que é o conjunto de todos os objetos azuis e, também, uma intensão, que é a propriedade de “ser azul”.

- (19) a. Camisa azul.  
b. Casa azul.

Os nomes *casa* e *camisa* são extensões relacionadas ao adjetivo *azul* e a intensão é a propriedade de “ser azul”. Para Borges Neto (1991), “X” tem a propriedade F como sua intensão se “X” for predicado de y e se y apresentar a propriedade F. Dessa forma, a expressão *azul* só pode ter a propriedade “ser azul” se ele for predicado de um objeto que apresente o caráter “ser azul”.

- (20) a. A mulher azul apareceu na festa.  
b. A mesa azul é mais bonita que a transparente.

Em (20b), a extensão *a mesa* pertence ao conjunto dos objetos que podem ser atribuídos a característica de “ser azul”. Por outro lado, em (20b) a extensão *mulher*, pertencente ao conjunto dos seres humanos, não apresenta a propriedade “ser azul” como sua intensão. Porque biologicamente, na raça humana a cor natural de peles é variada, porém, inexistente o tom azul entre essa variedade. Assim, o adjetivo, no contexto de (20a) pode ser entendido como uma metáfora, ou seja, ela somente apresenta uma propriedade próxima de “ser azul”, que lembre essa cor ou caráter.

A partir dessas noções e por meio de teste lógico, Borges Neto (1991) explica a distinção entre os adjetivos categoremáticos e sincategoremáticos.

- (21) a. João é pianista e arranjador.  
b. João é um pianista cego.  
c. João é um arranjador cego.

A sentença em (21c) é inferida de (21a) e (21b), porque se João é um pianista cego logo ele também é um arranjador cego. A propriedade do sujeito de não ter visão (intensão) sempre se manterá, independente da atividade exercida, ou seja, o adjetivo *cego*, neste caso, predica *João* e lhe atribui uma característica inerente a sua pessoa (*individual-level*). Dessa forma, as paráfrases a seguir são adequadas para (21b) e (21c):

- (22) a. João é cego e João é pianista.  
b. João é cego e João é arranjador.

Este tipo de adjetivo é chamado por Borges Neto (1991) de categoremático. Segundo o autor, esses adjetivos predicam diretamente as extensões das expressões, enquanto que os sincategoremáticos se relacionam com intensões.

- (23) a. João é pianista e arranjador.  
b. João é um pianista famoso.  
c. João é um arranjador famoso.

A verdade de (23c) não é o resultado de uma inferência de (23a) e (23b). Esta conclusão é feita devido à natureza sintacategoremática do adjetivo *famoso*, que atribui uma propriedade relativa ao sujeito (*stage-level*). Ou seja, ele pode ser famoso como pianista, porém, desconhecido como arranjador, ou vice-versa. Parece claro que *famoso* está predicando as intensões de *pianista* e *arranjador* e, não, a extensão *João*. A seguir, observa-se outro exemplo, explicado por Borges Neto (1991):

- (24) a. Rodolfo é o famoso [chefe do departamento de linguística].  
b. Rodolfo é o famoso [professor de linguística formal].

As duas sentenças em (24) possuem uma mesma extensão (*Rodolfo*) e intensões diferentes (*ser chefe do departamento de linguística* e *ser professor de linguística formal*). O adjetivo *famoso* predica as intensões das duas expressões entre colchetes e não o sujeito Rodolfo. E, também, a verdade em (24a) não implica a verdade em (24b), ou seja, o fato de Rodolfo ser famoso como chefe do departamento de linguística não é condição para que ele seja famoso como professor de linguística formal. Dessa forma, neste contexto, o adjetivo é sincategoremático. Segundo Borges Neto (1991), predicados adjetivais dessa natureza introduzem contextos opacos ou intensionais.

Conclui-se até aqui que para Borges Neto (1991), o fator determinante para estabelecer a natureza dos adjetivos, em relação a serem categoremáticos ou sincategoremáticos, é exatamente a relação que eles mantêm com os nomes, ou seja, a

composicionalidade. Nesta perspectiva, observou-se a possibilidade de relacionar os adjetivos categoremáticos com a noção de *individual-level* e os sincategoremáticos com *stage-level*.

Ora, se pensarmos que os AC predicam a extensão dos nomes aos quais se ligam, fica explicado o fato de esta predicação ser “absoluta”. Se os indivíduos que constituem a extensão do nome é que possuem a propriedade, não importa o modo pelo qual chegemos à extensão (não importa a intensão) – a propriedade continuará presente. Entretanto, se o adjetivo predica a intensão do nome, então a troca de uma intensão por outra, mesmo que a extensão se mantenha, poderá mudar o valor da expressão [...] (BORGES NETO, 1991, p. 50)

Para ilustrar estas ideias, apresenta-se o seguinte exemplo:

(25) Maria é uma estudante inteligente.

Esta sentença apresenta duas estruturas em que o adjetivo inteligente pode ser tanto categoremático quanto sincategoremático. Na primeira leitura, *inteligente* estabelece relação com o nome *estudante* e restringe o sujeito *Maria* como uma pessoa inteligente apenas nesta condição. Assim, a natureza do adjetivo é sincategoremática. Como segunda leitura, o adjetivo se relaciona diretamente com o nome *Maria* e lhe atribui uma característica de forma absoluta (*individual-level*). Dessa forma, nesta última interpretação, o adjetivo é categoremático.

Em relação à *SC* complemento adjetival, a hipótese desta pesquisa é de que ela pode apresentar, dependendo do contexto sintático e da relação que mantém com o seu argumento externo, interpretações *individual-level* e *stage-level*. Até este tópico, tudo indica que as noções da natureza categoremática e sincategoremática dos adjetivos e o contexto opaco ou intensional parecem formar uma base suficiente para a proposta desta pesquisa.



### CAPÍTULO 3

#### 3 ANÁLISE: A INTERPRETAÇÃO POR MEIO DA COMPOSICIONALIDADE<sup>12</sup>

Neste tópico, analisar-se-á a natureza do predicado adjetival em estruturas de *SCs* complementos, a partir do contexto opaco atribuído pelos verbos das sentenças matrizes e, também, das ideias sobre predicados categoremáticos/sincategoremáticos e extensão/intensão, de Borges Neto (1991). O objetivo principal desta seção não é solucionar a problemática levantada ao longo deste trabalho e, sim, apontar possíveis caminhos para tentar concretizar a ideia de que realmente há ambiguidade em relação ao predicado adjetival, no tipo de estrutura em análise. E, também, levantar uma discussão que possa contribuir para o encaminhamento de futuras pesquisas.

Inicialmente, observa-se a seguinte sentença:

(1) João considera a Maria famosa.

Afirma-se que o predicado<sup>13</sup> da *SC* complemento em (1) é ambíguo. O contexto sintático da sentença plena parece conter todos os elementos necessários para se chegar a duas interpretações: uma *individual-level* e outra *stage-level*. O verbo matriz *considerar* atribui um contexto opaco, em que *João* apresenta uma consideração a respeito da *Maria*. Nesse caso, a sua fama é algo inerente ou relativa?

Assume-se que o verbo de atitude proposicional (*considerar*) em (1) torna questionável a interpretação da propriedade do predicado AP *famosa*. Isso porque, semanticamente, ele remete a essa natureza uma dependência do contexto intensional do sujeito. Em outras palavras, a interpretação do predicado AP depende do contexto opaco do João. Apenas para ilustrar essa ideia, apresenta-se o seguinte exemplo:

(2) a. Maria é aluna e professora.

<sup>12</sup> A composicionalidade, neste caso, refere-se à relação entre todos os elementos sintáticos que compõe a sentença plena e a *SC* complemento.

<sup>13</sup> Não é necessariamente o predicado que é ambíguo e, sim, a estrutura como um todo. Porém, devido ao limite de tempo e espaço para realizar essa pesquisa, preferiu-se não se ater a uma explicação mais aprofundada a esse respeito e, assim, continuar-se-á com essa consideração inicial a respeito do predicado da *SC* complemento.

- b. Maria é uma aluna desconhecida.
- c. Maria é uma professora famosa.
- d. João considera a Maria uma professora famosa.
- e. João considera a Maria famosa.

Hipoteticamente, imagina-se que no seu mundo *João* conheça a *Maria* como uma professora famosa e como uma aluna desconhecida (intensões ligada ao nome). E, a partir de um critério pessoal, ele considera a *Maria* famosa (característica inerente). Assim, percebe-se que a propriedade “ser famosa” vai depender de seu ponto de vista, de seus critérios pessoais, de suas crenças, etc., para atribuir um julgamento em relação à *Maria*.

Conforme já explicado, os verbos de atitudes proposicionais remetem as expressões que lhes seguem aos contextos intensionais dos sujeitos ou falantes. Dessa forma, a consideração de João a respeito da *Maria* pode ser diferente do julgamento de outra pessoa, a qual pode considerá-la desconhecida. Retornando a atenção ao contexto sintático em (1), é clara a ideia de que não é necessário recorrer a um contexto pragmático para perceber a ambiguidade em relação à natureza da *SC* complemento. Isso, porque o caráter semântico do adjetivo e do verbo matriz já são suficientes para interpretar essa estrutura (*SC*) como sendo ambígua, porque ele remete a uma dependência da opinião do sujeito para tal interpretação. Para perceber melhor a ambiguidade em (1), apresenta-se as seguintes paráfrases<sup>14</sup>:

- (3) a. João considera que a *Maria* é famosa.
- b. João considera que a *Maria* está famosa.

Em (1), para *João* a propriedade “ser famosa” é algo inerente a *Maria*, porém, o valor semântico do verbo *considerar* abre a possibilidade de interpretar a natureza do predicado AP *famosa* como relativa. Por exemplo, no meu mundo opaco, como falante e interpretador da

---

<sup>14</sup> Há casos em que determinados predicados não permitem paráfrase com o verbo *estar* explícitos como, por exemplo, os pátrios ou gentílicos *portuguesa, francesa, italiana, etc* (\*A *Maria* está francesa). Apesar de ser comum ouvir - de falantes nativos do português brasileiro - expressões do tipo “a fulana está polaca de tanto fugir do sol”. Borges Neto (1991) classifica esses adjetivos como ambíguos (sincategoremáticos e categoremáticos). Segundo o autor, dependendo da extensão a qual mantém relação os predicados adjetivais podem ser sincategoremáticos como, por exemplo, *pizza portuguesa* (pizza do “tipo” portuguesa), e categoremáticos como, por exemplo, *a Maria portuguesa* (nascida em Portugal). Neste último tipo de exemplo, o pesquisador afirma que, também, se pode atribuir uma interpretação sincategoremática por meio de contextos específicos. Devido ao limite de tempo e espaço para a realização da presente pesquisa, não houve possibilidade de se aprofundar na análise do comportamento desse tipo de predicado em *SCs* complemento.

sentença, a propriedade do predicado adjetival pode ser *individual-level* ou *stage-level*, conforme as sentenças em (3a) e (3b).

Os exemplos em (2) levantam a hipótese de que os verbos de atitudes proposicionais do tipo *considerar*, em estruturas de SCs complementos adjetivais, parecem atribuir um julgamento ao DP a partir de intensões, conhecidas apenas em mundos opacos. Conforme explicado no tópico anterior, segundo Borges Neto (2003), os adjetivos que predicam as intensões de uma extensão atribuem um caráter relativo ou *stage-level*. Porém, é necessário desenvolver mais pesquisas em relação a estas considerações, a respeito do verbo matriz e das SCs complementos do tipo adjetival, no nível do contexto sintático, uma vez que neste tipo de estrutura o AP é ligado diretamente à extensão DP.

Ainda em (1), isolada da sentença plena, a SC complemento *A Maria famosa* parece forçar a uma interpretação *individual-level*. Percebe-se isso, por meio da relação sintática mantida entre o predicado e o nome. Conforme já ressaltado no tópico anterior, Borges Neto (1991) analisa a relação que os adjetivos mantêm com o nome. Segundo o pesquisador, a natureza sincategoremática ou categoremática dos predicados adjetivais depende da relação que ela estabelece na estrutura sintática.

- (4) a. Maria é aluna e professora.  
 b. Maria é uma professora famosa.  
 c. Maria é uma aluna famosa.

Nota-se que (3c) não é necessariamente o resultado de uma inferência a partir da verdade de (3a) e (3b). Dessa forma, afirma-se que, neste caso, o predicado *famosa*<sup>15</sup> permite mais de uma leitura, porque não há como determinar se a fama de Maria é absoluta (*individual-level*) ou relativa (*stage-level*). Se, hipoteticamente, o adjetivo estiver predicando a intensão das expressões *é uma aluna* e *é uma professora*, ao qual o nome se liga, a partir das ideias de Borges Neto (1991), ele é, neste caso, sincategoremático (*stage-level*). Por outro lado, se ele estiver predicando diretamente a extensão *A Maria*, o predicado adjetival (*famosa*) é categoremático (*individual-level*) e, dessa forma, o sujeito é sempre *famoso* e, portanto, (3c) pode ser parafraseado pela seguinte sentença:

- (5) A Maria é aluna e famosa.

<sup>15</sup> Também neste caso, não é o predicado que é ambíguo e, sim, a sentença que comporta duas estruturas.

A partir dessas considerações, observa-se o comportamento sintático-semântico da *SC* complemento em (1), transcrito aqui em (6):

(6) João considera [a Maria famosa].

O AP *famosa* seleciona o argumento externo da *SC* complemento (A Maria) e lhe atribui uma característica. Repara-se que o predicado (*famosa*) relaciona-se diretamente com a extensão *a Maria*. Dessa forma, ele é categoremático e atribui uma propriedade inerente ao DP *A Maria*, ou seja, a construção sintática, característica da estrutura, conduz o predicado a uma natureza *individual-level*.

Até este ponto da análise, verificou-se a possibilidade de duas interpretações: uma *individual-level* e outra *stage-level*. Se a atenção é direcionada para o verbo matriz da sentença plena, em específico, para a sua relação com o complemento, a interpretação pode ser *stage-level* e *individual-level*. E quando analisada a relação mantida entre o DP e o AP da *SC* complemento, a interpretação preferencial parece ser a *individual-level*.

Afinal, quais desses dois caminhos devem ser levados em consideração para interpretar o predicado da *SC* complemento em (1)? Para responder essa pergunta, primeiro é preciso retomar as ideias de Rothstein (1995).

Conforme já explicado no capítulo 1, segundo Rothstein (1995), na sentença plena o verbo matriz (*considerar*) seleciona ou atribui papel *theta* a todo o seu complemento oracional (*SC* complemento - *a Maria famosa*). E, também, a estrutura originada apresenta um sujeito (*a Maria*), o qual é licenciado internamente pelo predicado XP (*famosa*). E ainda, com relação ao Caso, o verbo *considerar* atribui Acusativo (ECM), não ao seu objeto, mas ao sujeito da *SC*<sup>16</sup>.

A partir desses pressupostos da pesquisadora, pode-se afirmar que as *SCs* complementos não podem ser analisadas isoladamente do contexto sintático do qual ela está integrada. Caso contrário, a análise não será de fato sobre uma estrutura com caráter de complemento e, sim, sobre constituintes descontextualizados (fora do contexto sintático). Ou seja, se analisadas de modo isolado, a relação entre o DP *a Maria* e o AP *inteligente* em si não formará uma *SC* complemento. Da mesma forma, o AP *famosa* não pode ser interpretado isoladamente da *SC* complemento, senão deixará de ser predicado e passará a ser apenas um

---

<sup>16</sup> Considera-se que o verbo *considerar* não seleciona dois argumentos internos, mas um só, a *SC* complemento. Dessa forma, o seu sujeito não recebe dupla marcação.

adjetivo<sup>17</sup>. Assim, a natureza do AP *famosa* em (1) pode ser interpretado como *ambíguo*, devido ao contexto opaco e/ou a composicionalidade estabelecida pela sentença.

As conclusões deste capítulo podem não valer para todos os tipos de adjetivos, porém, elas parecem ser aplicáveis a predicados como *inteligente*, *doente*, *bonita*, *difícil*, etc., que são aqueles considerados pela literatura como tipicamente interpretados como *individual-level*, em estruturas de SCs complementos.

---

<sup>17</sup> Conforme já explicado no capítulo 1, Kratzer (1995) explica a necessidade de interpretar a natureza dos adjetivos a partir de um contexto sintático.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo realizar uma discussão sobre as *SCs* complementos adjetivais do português brasileiro. Para isso, no primeiro capítulo, foram apresentadas as principais características de sua estrutura. E, também, foram delimitadas as *SCs* complementos adjetivais como sendo o objeto desta pesquisa. De acordo com a literatura, os predicados das *SCs* complementos adjetivais comportam apenas uma natureza *individual-level*.

No segundo capítulo, foi mostrada a problemática de que essas estruturas parecem apresentar interpretações também *stage-level*. Foram apontadas as ideias de composicionalidade, verbos de atitudes proposicionais e o contexto opaco, de predicados sincategoremáticos/categoremáticos e extensionalidade/intensionalidade como pressupostos para analisar os predicados adjetivais das *SCs* complementos. A partir disso, o terceiro capítulo foi dedicado exclusivamente para a análise.

Conclui-se que a composicionalidade, na estrutura hierárquica da sentença plena, é o fator determinante para interpretar a natureza do predicado adjetival das *SCs* complementos. Em específico, os verbos matrizes – de caráter judicativo e/ou de atitude proposicional – podem contribuir para a possibilidade de duas leituras: *stage-level* e *individual-level*. Estas interpretações dependem do mundo opaco do falante ou sujeito. Por exemplo, na sentença *João considera a Maria famosa* o contexto opaco permite interpretar a natureza do predicado da *SC* complemento como “*ser famosa*” ou “*estar famosa*”.

Se analisadas de modo isolado, as *SCs* complementos parecem forçar interpretações *individual-level*, conforme se defende na literatura. Porém, a partir das considerações de Rothstein (1995) sobre o caráter de ECM dos verbos do tipo *considerar* e sobre a estrutura da *SC* complemento e, também, das ideias de composicionalidade já apontadas por Kratzer (1995) e Borges Neto (1991), afirma-se que é na relação com os demais elementos da sentença plena, ou melhor, é no contexto sintático que a natureza do predicado adjetival das *SCs* complementos pode e deve ser interpretada.

## REFERÊNCIAS

- BORGES NETO, J. **Adjetivos: predicados extensionais e predicados intensionais**. Campinas, SP: Unicamp, 1991.
- BORGES NETO, J. Semântica de modelos. In: MULLER, A. L., NEGRÃO, E.V., FOLTRAN, M. J. **Semântica formal**. São Paulo: Contexto, 2003.
- CARLSON, G. N.; PELLETIER, F. J. (Eds.). **The Generic Book**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- CHIERCHIA, G. Individual-level predicates as inherent generics. In: CARLSON, G. N.; PELLETIER, F. J. (Eds.). **The Generic Book**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- CHOMSKY, N. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris, 1981.
- FERNALD, T. B. **Predicates and temporal arguments**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- GOMES, A. F. R. **As small clauses no português do brasil**. 2006. 155 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná – UFPR: Curitiba, 2006.
- KAYNE, R. **Connectedness and binary branching**. Dordrecht: Foris, 1984.
- KRATZER, A. Stage-Level and Individual-Level Predicates. In: CARLSON, G. N.; PELLETIER, F. J. **The Generic Book**. Chicago: The University of Chicago, 1995. P.125-175
- MIOTO, C; FOLTRAN, M. A favor de small clauses. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n.49, P.11-28, Janeiro/Junho. 2007.
- MIOTO, C; SILVA, M.C.F; LOPES, R.E.V. **Novo manual de sintaxe**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2007.
- ROTHSTEIN, S. Small Clauses e Copular Constructions. In: CARDINALETTI, A.; GUASTI, M. T. **Syntax e Semantics: Small Clauses**. Vol. 28. Califórnia: Academic Press, 1995.
- ROTHSTEIN, S. **Predicates and their Subjects**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2001.
- STOWELL, T. Subjects Across Categories. In: **The linguistic review** 2. 1983. p. 285 - 312.
- STOWELL, T. Remarks on Clause Structure. In: CARDINALETTI, A.; GUASTI, M. T. **Syntax e semantics: Small Clauses**. Vol. 28. Califórnia: Academic Press, 1995.